



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito)

Conflitualidade no território da Guerrilha de Porecatu/PR

Daniel Carvalho de Oliveira¹

Resumo. Este artigo retrata um conflito fundiário denominado pelos historiadores como Guerrilha de Porecatu/PR, pretendo demonstrar a pluralidade conceitual do território e do conflito perpassando pela questão do planejamento/colonização e conseqüente desenvolvimento territorial. Esta dinâmica gerou conflitualidade de classes sociais antagônicas, em disputa pela terra, posseiros/camponeses versus fazendeiros/latifundiários, o mote da narrativa histórica evidencia a resistência do campesinato, desde sua organização política inicial nos anos 1940/1950 do séc. XX, culminando no legado de resistência dos posseiros da Guerrilha, que o MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra herdou e executa na atualidade.

Palavras Chave: Terra, Conflitualidade, Guerrilha, Porecatu.

Summary. This article portrays a land conflict called by historians as Guerrilla of Porecatu/PR, I intend to demonstrate the conceptual plurality of the territory and the conflict going through the issue of planning/colonization and consequent territorial development. This dynamic generated "Conflictuality" of antagonistic social classes, in dispute over land, peasant/squatters versus landowners, the main motto of the historical narrative evidences the resistance of the peasantry since its initial political organization in the 1940s and 1950s. XX, culminating in the legacy of resistance of the Guerrilla squatters, which the MST – Landless Rural Workers' Movements inherited and executes today.

Key words: Land, Conflict, Guerrilla, Porecatu.

¹ Assistente Social Santa Cannabis/SC. Docente (temporário) SER/UEL Discente (doutorando) PPGSS/UFSC. dcotuppprsc@uel.br.



Introdução

“Corre um boato
aqui donde eu moro
que as mágoas que eu choro
são mal ponteadas”
Rolando Boldrin (1936-2022)

Nas décadas de 1940 e 1950, aconteceu, no Estado do Paraná, um conflito fundiário de impacto nacional, denominado pela imprensa da época e historiadores posteriormente, de ‘Guerrilha² de Porecatu’. A disputa por terras ocorreu em uma região na porção setentrional do Estado do Paraná, no Vale do Rio Paranapanema.

Imagem 1 : Mapa do Estado do Paraná com destaque a região de Porecatu.



FONTE:<http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia>

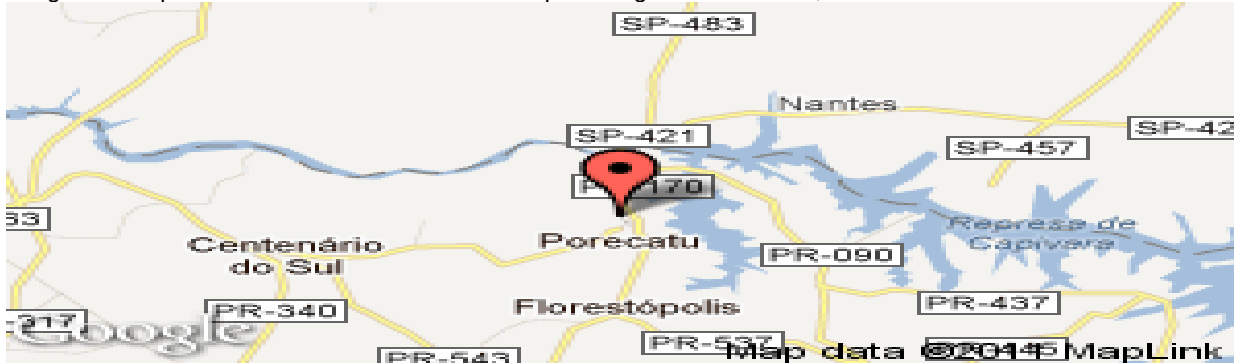
Esta região limítrofe com o Estado de São Paulo, fronteira interestadual e apta a expansão dos territórios cultiváveis de matérias primas agrícolas, principalmente, café, às margens do Rio Paranapanema. Sua ocupação ocorreu pela história expansão do ciclo do

² Não obstante o estado do Paraná ser foco de conflitos agrários desde as ordenações jurídicas pós Lei de Terras (1850), poucas são as bibliografias sobre o tema, especificamente sobre o conflito fundiário na região de Porecatu, mais raras são as bibliografias, nos registros existentes este conflito foi denominado e difundido como: “Guerrilha de Porecatu entre outras denominações tais como: Guerra de Porecatu, Guerra do Quebra Milho, Levante dos Possesiros e Coréia Paranaense” (LEOCÁDIO, 2014, p.86). Este conflito fundiário ocorreu sobre uma região que atualmente compreende os municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva, Jaguapitã, Florestópolis e Lupionópolis na região entre o Ribeirão Centenário e Ribeirão do Tenente.



café e desenvolvimento capitalista e esaurimento de terras para fins de cultivo destas no “alto da sorocabana”.

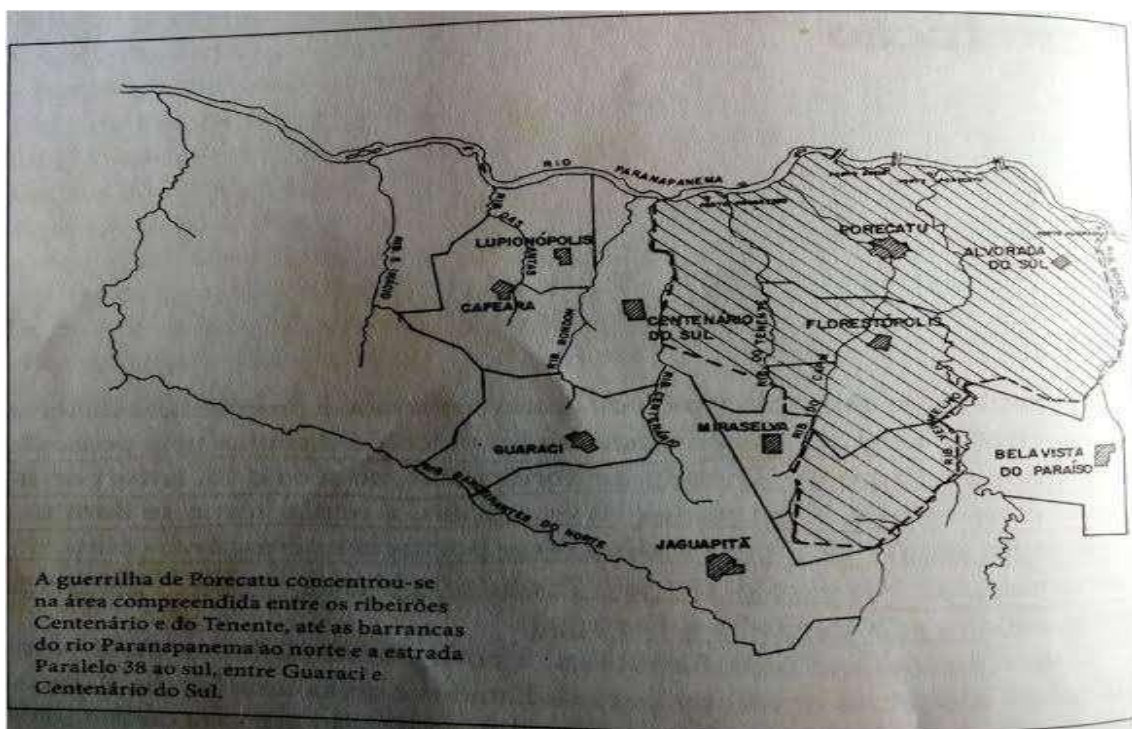
Imagem 2: Mapa do Estado do Paraná com destaque a Região de Porecatu, limítrofe com Estado de São Paulo.



FONTE: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia>

A colonização dessa região começou no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, no contexto da política de colonização, implementada pelo Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), conhecida como ‘Marcha para o Oeste’. O Norte do Paraná embora palco de iniciativas isoladas de colonização, empreendidas pelo Governo Imperial, começa a ser efetivamente re-ocupado, a partir da segunda metade do século XIX, como um prolongamento da expansão cafeeira no extremo-sul do Estado de São Paulo. Essa expansão espontânea da cafeicultura paulista a porção mais setentrional do Estado, a que hoje corresponde ao Norte Central.

Imagem 3: Mapa do Estado do Paraná com destaque a região de Porecatu.



FONTE: <https://www.google.com.br/maps/place/Porecatu>



A (re) colonização capitalista da região de Porecatu, começou com o desejo do então interventor do estado, Manoel Ribas -PTB (1932-1945), “de povoar 120 mil hectares de terras devolutas. Através do Departamento de Terras, o governo determinou que cederia os lotes a quem derrubasse a mata, plantasse, pagasse impostos e vivesse no local por pelo menos seis anos” (PRIORI, 2011, p.111). Este cenário jurídico disposto e aplicado no Norte do Paraná nos anos trinta’s e quarenta’s do séc.XX, demonstrada o grau de fusão dos regimes jurídicos locais atrelados ao regime jurídico geral da Lei de Terras³ (1850) e suas posteriores adequações. No Norte do Paraná e em toda região de Porecatu,

as terras roxas outrora ocupadas pelos indígenas, caboclos, camponeses, muitos descendentes dos escravos, começaram a ser contestadas por grandes proprietários de terras, diversos latifundiários e grileiros que, na relação direta com as famílias proprietárias de cartórios com licenças concedidas pelo estado oligarca-jagunço, apresentavam documentações como se as terras fossem, de fato, demarcadas legitimamente como suas, com os difundidos documentos grilados. Essa briga, no papel, e na prática, pelas documentações de propriedade expressava uma guerra cuja perda para a classe trabalhadora era previsível, frente ao poderio oligarco-latifundista: os posseiros, que “já garantiam a posse dos camponeses, logo, houve descumprimento da lei vigente, em favor dos latifundiários, com conseqüente conflito pela terra (SILVA, 2006, p. 54)

Contudo promessa do governo do Paraná, não foi cumprida, e gestou o conflito de terras, de um lado posseiros de terra e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do outro, fazendeiros, as polícias do governo do Paraná e de São Paulo. As famílias dos camponeses que acreditaram em Manoel Ribas, haviam derrubado floresta, construído chiqueiros, feito plantações de milhares pés de café, mas não conseguiam o prometido título da propriedade das terras. No início eram cerca de 300 pessoas, mas por volta de 1950, já chegavam a três mil, diversas famílias paranaense e outras de São Paulo e Minas Gerais marcharam para o Oeste rumo a uma nova vida. Priori (2011) chama à atenção para esse movimento;

O problema é que Manoel Ribas saiu do poder, e no lugar dele entrou Moysés Lupion⁴, que decidiu não dar continuidade à política. O resultado foi uma corrida desordenada ao Norte do Paraná no início da década de 1940, principalmente entre os anos 1941 e 1943, as famílias que acreditaram em Ribas, haviam derrubado floresta, construído chiqueiros, feito plantações, mas nunca viram o prometido título da propriedade. No início eram cerca de 300 pessoas, mas por volta de 1950 já chegavam a três mil. Para complicar ainda mais, o novo governador Lupion decidiu doar e vender as terras para conhecidos fazendeiros de São Paulo. Os posseiros entraram com diversos pedidos de posse de terra e nunca receberam uma resposta do governo (PRIORI, 2011, p.12)

³ Lei N° 601/1850, Lei de Terras. Para SUZUKI (2006, p.215), esta lei vem “legitimar a mercantilização da terra como única forma de aquisição, bem como as posses anteriormente existentes, sendo que, para a realização da titulação, o Estado (...) o autor afirma que a Lei de Terras, de 1850, coadunava com os ideais mercantilistas do projeto inglês de ampliação de seu mercado, já que o número de consumidores cresceria com a entrada do contingente de escravos negros recém-libertos, bem como os imigrantes, sobretudo de italianos, que ao se monetizarem também entrariam nesse mercado como consumidores potenciais. Logo a interdição do acesso as terras para os escravos que seriam libertos configura se como expressão maior da questão agrária no Brasil.

⁴ Moysés Wille Lupion de Troia (1908 - 1991) governou o Paraná; de (1947-1951) e (1956- 1961).



Desde o início, a colonização se deu nos moldes paulistas tradicionais, à base de grandes fazendas⁵ de café, dirigidas diretamente pelos fazendeiros, através de seus administradores e com o uso do colonato⁶ como regime de trabalho preferencial. mineiros e paulistas do oeste do estado bandeirante, ocuparam à região reconhecendo a fertilidade das terras roxas para o plantio do café .

Esta dialética radical de exploração do território, legou ao Norte do Paraná. Priori (2011, p. 20) destaca as condições para desdobramento de conflito de classes antagônicas e teve como epicentro da Guerrilha de Porecatu no “Distrito de Vila Progresso⁷, na época pertencente a Porecatu e atualmente, distrito rural de Centenário do Sul”. Neste interím, Porecatu se notabilizou nacionalmente nos anos 1950, devido ao conflito armado por terras, envolvendo camponeses/posseiros e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁸ de um lado, e fazendeiros/latifundiários, Polícia Militar, agentes do DOPS – Delegacia Ordem Política Social, e jagunços do outro.

A contenda por terras na região de Porecatu, a luz do conflitos de classes, demonstra como as expressões da questão agrária em suas dimensões históricas, econômica e sociais, são respondidas pelo Estado Brasileiro. A superposição de títulos fundiários da região, resultou em dos mais importantes, e pouco estudados, conflito fundiário do Brasil, ainda dada a dimensão que teve para os trabalhadores rurais do país,

são esses dois agentes sociais, posseiros e grileiros, respaldados pelos latifundiários políticos (os tatuíras, no dito popular) os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX, A estrutura clássica de manutenção de latifúndios via de regra o Estado acaba pode legitimar os ‘papéis’ dos grileiros e afins, foi quando do início dos conflitos agrários de grande monta Como conflito fundiário, parte da disputa pela posse da terra na região de Porecatu, o que ocorreu foi uma promessa não cumprida. O que custou muito sangue derramado pelas terras roxas do Norte do Paraná. (PRIORI, 2011, p.14)

O conflito fundiário findou em 1951, os posseiros camponeses da época da Guerrilha deixou o legado de resistência, a tomada de consciência crítica, e resultou no desencadeamento e novos tempos na estrutura política para trabalhadores rurais, além de balizar novas táticas de enfrentamentos políticos relacionado a terra,

A prática desenvolvida em Porecatu, perpetuou se em forma de organizações políticas, posteriores, vide o exemplo das ligas camponesas, sindicatos rurais, e federações, de todos os segmentos

⁵ No Brasil, o termo fazenda referia-se à riqueza e não à terra: “ fazenda significava o conjunto de bens, a riqueza acumulada; significava sobretudo os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo” (MARTINS, 1990, p. 23).

⁶ Sistema de relação de trabalho, sem advento de salário no campo/fazendas, meeiros, posseiros, agregado, bóia fria, arrendatário. (MARTINS, 2010, 10).

⁷ A bucólica Vila Progresso, que leva o nome devido a potência da economia do café, chegou a registrar 30.000 habitantes nos anos 1950, atualmente os 400 moradores espalhados pelas 12 ruas da Vila, pouco ou nada repercutem a luta dos posseiros.

⁸ Principais representantes do PCB em Porecatu foram o vereador de Londrina/PR, Manuel Jacinto Correa (1917-1986) e João Alves Jobim Saldanha (1917-1990), militante político/presidente da UNE, jornalista, escritor e treinador da seleção brasileira 1969. (PRIORI, 2011)



políticos, das associações de cunho assistencialista passando por sindicatos rurais e culminando nos movimentos sociais de pleito à reforma agrária, vide o Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, “todos levam o embrião de organização dos camponeses de Porecatu, que nos anos 1940, o mérito maior dos posseiros de Porecatu, foi a contribuição para construção de uma estrutura⁴⁵ de organização política para pleito de seus interesses, dentro da ordem hegemônica burguesa” (OLIVEIRA, 2020)

Ao defender os seus interesses imediatos e locais, com foco na terra e os títulos que garantiam sua propriedade privada, o movimento dos posseiros da Guerrilha de Porecatu, demonstrou resistência ao desenvolvimento da acumulação capitalista predatória concomitante por forjar uma estrutura de organização política para o campesinato, erros e acertos, enquanto processualidade da representação política que até então não se construía no país, o advento das associações de lavradores, semente para as ligas camponesas e sindicatos. Para Martins (1989, p.12) principalmente com o exemplo do “legado da revolta, do desacordo, da resistência, desacato aos mandos dos fazendeiros”.

Oswaldo Heller Silva (2006, p.134), demonstra que o a vanguarda do sindicalismo rural repousa no Norte do Paraná, localizado no perímetro da antiga Guerrilha de Porecatu, “o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul, fundado em 1949, foi provavelmente uma herança do movimento”. Quando esse sindicalismo rural se instalou nas terras roxas do norte do Paraná, os pecebistas ainda não haviam levado em conta os traços peculiares da ruralidade, visto que,

a especificidade do meio ambiente e as características próprias das camadas sociais do campo não haviam suscitado a discussão nem um posicionamento específico do Partido, logo, os comunistas aplicaram, desde o início e sem distinção, o modelo de sindicalismo que já vinha sendo praticado nas grandes cidades. Desde sua constituição, tais sindicatos foram marcados por esse traço urbano, seja na estrutura, nas ações ou no programa político. Esse conservadorismo, essa inércia, esse vácuo inventivo podem ser atribuídos a um certo número de fatores. Primeiro, a tradição operária era ainda muito valorizada pelo PCB: o papel político dirigente da “classe operária” industrial, o objetivo de uma ‘aliança operário/camponesa (SILVA, 2006,p.139)

Este impulso na sindicalização, somado aos congressos estaduais, permitiu que se desse um novo passo rumo à hegemonia no sindicalismo rural, a saber, a criação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná (FETAEP) no primeiro semestre do 1963 e posteriormente a criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil, Oswaldo Heller da Silva, sociólogo na obra A Foice e a Cruz: Comunistas e Católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná, demonstra que a ação dos posseiros de Porecatu;

Se inscreve numa iniciativa, dessa vez concreta, de política agrária dos comunistas“(...) égide do PCB viria a desencadear todo um movimento de oposição levada a cabo pelos grupos dominantes, contribuindo assim para a constituição de um novo espaço social: o campo sindical rural. Esse organismo de tipo sindical e com pretensões nacionais havia sido fundado durante a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo, de 19 a 21 de setembro de 1954. Os camponeses do norte do Paraná estiveram na linha de frente da campanha de sindicalização em todo o território brasileiro, que culminou com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG no final de 1963. (SILVA, 2006, p.196)



Imagem 4. Radiotelegráfo do DOPS Curitiba PR, informando governo Vargas da criação das ligas camponesas.

Dr. Levy Lima Lopes Delegado Ordem Política Social Curitiba		Indicações de Serviço
RECEBIDO PYN-7 8,58 por: GCL/RB	PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SERVIÇO RADIOTELEGRAFICO	CARIMBO 29 Set. 1949 28 SET 1949
Radiograma de São Paulo N. 626 Pts. 72 Data 28 Hora s 19,30		Tip. Gonçalves
Nr. SS90245. - Respondendo seu radio nr. 85 de ontem, cumpre-me informar que "Ligas Camponesas" foram fundadas em varios Municipios do Estado, com direção autonoma, mas obedecendo as diretiva do PCB, do qual funcionavam como orgãos auxiliares.		
Atenciosas saudações		Elpidio Reali Delegado Auxiliar Diretor DOPS
Visto Chefe Casa Militar	<i>I R Spps.</i> <i>Organiz. a pentanas de Ligas Camponesas</i> <i>28/9/49</i>	
<i>Organiz. e pratica de "Liga Camponesa"</i>		

Fonte: Cópia arquivo público Paraná. Acervo do autor.

Desenvolvimento:

“Digo: o real não esta na saída nem na chegada ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”
Guimarães Rosa (1908-1959)

Para José de Souza Martins (1989), os movimentos sociais no campo da metade do século XX, vide Guerrilha de Porecatu/PR, Trombas e Formoso- GO e as Ligas Camponesas do Pernambuco (Liga de Sapé), representaram mudança do tempo no meio rural: do “tempo da inocência para o tempo da política” (Martins, 1989, p.13). Porém, o capital a partir da lógica da Acumulação Primitiva Contínuada⁹ (Marx, 2013, p.959), seguiu

⁹ Neste hiato temporal, houve a diversificação de produção seguindo o próprio ritmo do agronegócio Made in Brazil: Café-Cana de Açúcar, Algodão, Milho e Soja, esta variação pró capital que utiliza a terra apenas como fonte de extração de lucros via matérias primas emergentes para via o avanço da monocultura canavieira, nos



seu processo de apropriação do território que condicionou a região não apenas a índices elevados de concentração fundiária, com intenção de produção e perpetuação da maior renda territorial possível como legou a carestia alimentar.

Esta dinâmica na região de Porecatu/PR, resultou em consequente retração na produção de alimentos, além de expandir a fronteira agrícola rumo à ecossistemas ameaçados legou um cenário de Carestia Alimentar, que assolou na região no fim dos anos setenta do século XX, índices aviltantes de mortalidade infantil, (127 para 1000 crianças nascidas) situação de calamidade esta que motivou o projeto e criação do soro caseiro pela Dra Zilda Arns e consequentemente com o surgimento da Pastoral da Criança em 1983, no município de Florestópolis/PR (PASTORAL DA CRIANÇA, 2024).

Nesta relação dialética das contradições e antagonismos, que a formação sócio-histórica brasileira propiciou para geração deste e dos outros tantos conflitos e lutas sociais citados, em parte, neste estudo visualiza que as principais contribuições dos posseiros de Porecatu na processualidade da construção do sistema de representação política vigente no Brasil, são os ensinamentos deixados no legado da luta social;

A Guerrilha de Porecatu, foi um movimento social reativo e não propositivo, diferente de outros fatos históricos denominados de guerrilha não propunha em sua base camponesa a disputa por poder político; O conflito começou por disputas jurídicas passando para a luta armada e retornando a disputa jurídica, com o resultado do reconhecimento e desapropriação de parte da área contestada, não derrubou o latifúndio, porém marcou representação política; Causou uma ruptura teórico metodológica na formação histórica do campesinato, com o pleito de emancipação política na perspectiva de disputa dos direitos sociais burgueses (propriedade, liberdade, segurança e igualdade (OLIVEIRA, 2020)

Neste período, houve uma convergência conflituosa de fatores culturais e ambientais que provocaram transformações jamais vistas. Claude Raffestin, (2009, p.23) “cada escala do mundo, esta reprodução territorial não surgiu por acaso, mas teve como ponto de partida as ações do passado, de uma forma precedente, de outro tipo de natureza ou de outro tipo de território”. Esta descompensação pró Capital se reflete mensurado no Índice de Gini (0,8<1,0) que denota altíssima concentração fundiária), define esta dialética envolta na disputa do território como constituinte da questão agrária contudo, analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque,

esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo (FERNANDES, 2008)

idos da crise do Petróleo, quando a região foi tomada por uma “Mar de Cana” sobre áreas anteriormente ocupadas pelas lavouras policultoras,



Para factível análise das condicionantes econômicas do conflito a “renda da terra”, torna se elemento central de compreensão da reprodução da dependência econômica por meio da produção do território, a raiz do desenvolvimento capitalista moderno está em seu caráter rentista. A concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e do capital por meio da fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978),

Primeiro, o camponês-proprietário, que se refere ao especulador da terra-mercadoria; (...) assim, a renda territorial e a fundiária é um fenômeno permanente dada sua particularidade, exploração capitalista do solo, em que o capitalista busca o preço do custo e também o lucro usual. Na agricultura, o preço é delimitado pelas necessidades do pior terreno, que por sua vez determina o preço da produção. (OLIVEIRA, 1978, p. 67)

Bernardo Mançano (2008, p. 23) afirma que “os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento territorial rural e nestes se desdobram. Nesta leitura crítica debatemos conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida”. Desse modo, procurar compreender a questão agrária nos coloca num turbilhão que pode ser representado por um enunciado de José de Souza Martins (1994, p. 12/13), “na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. Oliveira (1991, p. 24) afirma “a questão agrária gera continuamente conflitualidade, porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e re-territorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital”.

Priori (2011) demonstrou que posteriormente ao período da Guerrilha de Porecatu, que findou em julho de 1951, a região presenciou a potencialização de condições análogas a escravidão nas relações de trabalho no esteio da implantação e desenvolvimento da Usina Central de Porecatu-UCP. Esse modelo produtivo concentrador provocou estragos, especialmente após a implementação da UCP, pertencente aos clás Lunardelli e Atalla, os vencedores do conflito fundiário de Porecatu, com a exploração do território principalmente com monocultivo de cana de açúcar, as terras devolutas griladas nos anos 1940/50, potencializando o nível de superexploração do trabalho nas fazendas da região.

O MST-Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, herdaram a luta dos posseiros de Porecatu, é representante político com mais destaque do campesinato na luta de resistência e disputa das terras griladas com o agronegócio, pelos produtos agrícolas em concorrência com o grande capital e com pleito a reforma agrária popular, motiva a ocupação das terras griladas e devolutas, desde o ano de 2005, com a ocupação inicial de 500 famílias (assentamento e acampamentos). Os acampamentos do MST são:



- 1) Porecatu (PR), 'Herdeiros da Luta de Porecatu', instalado em 2005.
- 2) Florestópolis (PR), 'Zilda Arns', instalado em 2008 na Fazenda Variante e 'Manoel Jacinto Correia' instalado em 2009 na Fazenda Porta do Céu.
- 3) Centenário do Sul (PR), 'Fidel Castro' criado em 2009 nas Fazendas Tabapuã, e Maria Lara (assentamento), 45 famílias (HADICH apud MST, 2019).

Resultados: Atualidades da questão agrária na região de Porecatu/PR

"O campinar é sozinho
A colheita é comum"
Guimarães Rosa

Atualmente existe protagonismo na resistência a este processo contínuo de acumulação capitalista pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, dez movimentos de luta pela reforma agrária, destaca-se como legado de organização camponesa dos posseiros de Porecatu, os assentamentos: Herdeiros da Luta de Porecatu, outra conquista estratégica foi a antiga fazenda Quem Sabe, localizada na Vila Progresso em Centenário do Sul. Ceres Hadich (apud MST, 2019) assentada, integrante da direção nacional do MST afirma, "fruto de décadas de luta pela terra, a conquista do território do epicentro da organização camponesa nos tempos da Guerrilha de Porecatu, representa uma vitória chave dos camponeses da região de Porecatu".

A contra partida social destas ocupações ganham vigor em Centenário do Sul, no acampamento Fidel Castro, há um exemplo notável: o Centro de Produção de Alimentos Saudáveis Antônio Tavares, é um território de (re) existência onde floresce abundância de comida e de solidariedade. Durante o período da pandemia do Sars Cov 19, a região norte central cooperou com,

97.030 quilos. Em um único dia, 20 de junho, foram distribuídos 44.850 quilos de alimentos a famílias moradoras de bairros periféricos de Londrina, como mostra na imagem 5. Uma façanha que só foi possível com o envolvimento de outros acampamentos que também fizeram o esforço da partilha, como o Herdeiros da Luta de Porecatu, o Zilda Arns e o Manoel Jacinto Correia, de Florestópolis, o Fidel Castro e Maria Lara, de Centenário do Sul (ROOS; PAULINO; SOARES; MONTENEGRO, 2020)

O exemplo do assentamento Maria Lara¹⁰, caracteriza as mudanças após o advento do MST na região, esta área disputada desde os idos dos anos 1940, e até então sob

¹⁰ A Fazenda Quem Sabe, foi disputada no período da Guerrilha de Porecatu, ocupada naquele período pelos irmãos quiabo, atualmente é Assentamento Maria Lara. A lógica do território está associada à "apropriação do



domínio do capital com monocultivos de cana de açúcar e soja, essas lavouras foram substituídos pela agricultura camponesa, um território onde se desconcentra a terra e se produz alimentos,

Desde 2011, quase 85% de toda a área cultivável já estava sendo utilizada pelas famílias, que se dedicam ao cultivo de alimentos para o auto-sustento humano e animal (criação de pequenos animais como porcos, galinhas, gado de leite e gado de corte), e também para a geração de renda, com linhas de produção como o café, milho, feijão e leite. Segundo o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) construído pelas próprias famílias, “a área orientará sua produção nas linhas de gado leiteiro, fruticultura, olericultura e cafeicultura (MOREIRA apud MST, 2019)

Imagem 5: Foto da distribuição de alimentos galão do MST- Herdeiros da Luta de Porecatu..



Fonte: Rev. Geografia em questão, V.13, N. 03, 2020.

Outro ponto sintomático dos desdobramentos agrários e fundiários em Porecatu e que possivelmente compartilha explicações com o exposto acima pode ser observado, este modelo/método rural demonstra que o território (aqui entendido como uma forma espacial de inscrição material do comportamento social). Pires, 2016, p.34) indica que “a governança (aqui definida como coordenação coletiva das decisões dos atores) o desenvolvimento (aqui entendido como um processo de mudança social dinamizado por expectativas territorialmente localizadas” .

espaço por relações de poder em dimensões não somente políticas, mas na perspectiva relacional das redes e das territorialidades como vivência territorial e sentimento de pertencimento” (RAFFESTIN, 1993).



Na governança territorial, pois esta se relaciona com a capacidade das comunidades resolverem seus problemas e de afiançar o desenvolvimento de seus territórios, mediante a articulação e a participação dos principais atores territoriais: o Estado, a sociedade civil, as agências públicas e o setor privado, governança de um território “é uma forma de governança política localizada, recheada de aspectos econômicos e sociais bem específicos, a dimensão territorial da governança se refere às articulações e interdependências entre atores sociais” (Pires, 2016, p.23).

O protagonismo do Assentamento Maria Lara, continua a demonstrar assertividade com a produção de soja Orgânica, na data de 22/02/2023, ocorreu a 1ª festa da colheita de soja livre de transgênicos, as famílias camponesas da reforma agrária popular, celebraram um salto qualitativo no rumo da soberania alimentar, dispensando o uso de sementes transgênicas de soja, causador de grandes impactos negativos á saúde da população devido ao uso intensivo de glifosato.. Nesta seara Andrioli (2016), afirma,

O decisivo para que os agricultores produzam a soja orgânica é que muitos deles têm uma recomendação médica para não trabalhar mais com agrotóxicos. Poderíamos caracterizar isso como sendo um nicho: agricultores afetados pelo uso de agrotóxicos; Os agricultores que resistiram ao cultivo de soja transgênica produziam uma pequena ilha de soja orgânica em meio a um mar de soja transgênica, sendo taxados de atrasados pelo produtores de soja transgênica. Entretanto os considerados atrasados tem produtividade igual ou superior, em média 43% a menos de custo de produção. Menor contaminação ambiental e estavam produzindo por uma questão de saúde ANDRIOLI (2016, p. 11)

Diego Moreira, integrante do setor nacional de produção do MST e assentado na comunidade Maria Lara, em Centenário do Sul, explica que o movimento tem avançado na organização de cadeias de produção, sob viés da agroecologia, agora expande também para soja livre de transgênicos

A intenção é organizar a cadeia produtiva completa da soja, desde a produção de sementes, passando pela produção de grãos, até a posterior industrialização e comercialização. Estamos também trabalhando na perspectiva de construir agroindústria, tanto para a produção de óleo, quanto para ração, para agregar valor, mas também para transformar a soja numa cadeia produtiva importante para a agricultura familiar, para os assentamentos da reforma agrária, nós do MST, com a responsabilidade que temos em enfrentar a fome, o desequilíbrio ambiental, a destruição da natureza, não poderíamos deixar de organizar essa importante cadeia produtiva. Essa é mais uma bandeira que estará firme nas mãos do MST, para que possamos organizar mais essa cadeia produtiva, somando com outras que temos em nossas áreas, para massificar a produção de alimentos, o abastecimento nacional e soberania alimentar e matar a fome do povo” (MOREIRA apud MST, 2023)

Fiódor Dostoiéski (2009, p.87) no clássico “Gente Pobre”, demonstrou a prioridade para a humanidade, da reflexão-ação, “se passarão séculos e a humanidade proclamará pela boca do seu saber e de sua ciência que não existe o crime e em consequência tão pouco o pecado, mas que só existe a fome”. O eito que se coloca enquanto tarefa histórica para classe trabalhadora no Brasil, a luta de casses se inicia na e pela terra, para a carestia alimentar cesse, a classe trabalhadora possa dominar a produção de alimentos.



Conclusões

*“É preciso dar terra ao negro.
A Escravidão é um crime.
O latifúndio é uma atrocidade.
Não há comunismo
na minha nacionalização do solo.
É Pura e simplesmente
democracia rural”
André Rebouças (1838-1898)*

A aproximação dos conceitos trabalhados neste texto, possibilita a compreensão das condicionantes pré e pós conflito de Porecatu. Raquel Sant’ana (2012, p.92) faz perceber que “a questão agrária como particularidade maior da questão social no Brasil”. Esta contradição fundiária que está na estrutura do sistema capitalista e estrutura a sociedade brasileira e o paradoxo no movimento da questão agrária, o desenvolvimento do território na porção setentrional do Paraná, demonstrou estas características, é este o seu caráter mais importante. Fernandes (2008, p.45) manifesta que a conflitualidade “é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato (...) conflitualidade e desenvolvimento através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente”.

Esta dinâmica acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais que remontam do passado colonial escravocrata do Brasil, esta interpretação histórica-metodológica repousa em Lamamoto; Carvalho (2012, p.133), quando os autores apontaram que a questão social, seu aparecimento e manutenção no Brasil, diz respeito diretamente à “generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico social brasileira”.

Segundo, Otávio Ianni (1984, p. 07) a sociedade brasileira deve enfrentar as “origens agrárias do estado brasileiro”. No que tange sua estrutura latifundiária, torna se desafio sine qua non para compreensão das expressões da questão social, que se avolumam, passados mais de cinco séculos de latifúndio na história da sociedade brasileira. Quando o abolicionista André Rebouças (1988, p. 38) propagou a necessidade de “nacionalização do solo, via democracia rural” que segundo o próprio não se comparava com comunismo, deixou o desafio maior para a classe trabalhadora brasileira.

O território do Norte Central do Paraná, da resistência dos posseiros na Guerrilha de Porecatu ao atual protagonismo do MST nesta labuta, demonstram caminhos.



Referências

ANDRIOLI, Antonio Inácio Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. UFFS, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos /T327 Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito.(organizadores) - -1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HADICH, Ceres; MOREIRA, Diego. MST conquista assentamento em área disputada desde a Revolta de Porecatu (PR). 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/09/25/mst-conquista-assentamento-em-area-disputada-desde-a-revolta-de-porecatu-pr/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 26ª ed, 2012.

IANNI, Otávio. Origens agrarias do estado brasileiro - 1ªed. Ed. Brasiliense, DF, 1984.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. Disputas Territoriais e divergências conceituais: os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu PR- Guerra, Guerrilha ou Revolta; 1940-2014, Londrina, UEL, 2014.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro1. Apresentação Jacob Gorender, Trad. Rubens Enderle, Ed. Boitempo, SP, 2013.

MARTINS, José de Souza.O Cativo da Terra, 9. ed, São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

_____.Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, ed. Hucitec, 1989.

_____.O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MST. MST realiza 1ª Festa da Colheita de Soja Livre de Transgênico do PR. *Setor de Comunicação e Cultura do MST-PR*. Disponível: <https://mst.org.br/2023/02/23/mst-realiza-1a-festa-da-colheita-de-soja-livre-de-transgenico-do-pr-neste-sabado-25/>. Acesso 20/02/2024.

OIKAWA, Marcelo. Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram. Expressão Popular: 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP, 1978.

_____. A Agricultura Camponesa no Brasil. S.P: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Daniel Carvalho.A Guerrilha de Porecatu/PR: Uma experiência de organização política no campo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.



PASTORAL DA CRIANÇA, Quem somos. 2024.

Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos>. Acesso: 19/04/2024.

PIRES, E.L.S. Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais. Caderno prudentino de geografia, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.24-49, ago./dez. 2016.

PRIORI, Angelo. O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: EDUEM, 2011.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

_____ Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

REBOUÇAS, André P. Agricultura nacional: estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática, 1874 - 1883. Recife, PE: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

ROOS; D. PAULINO, E. SOARES, G. MONTENEGRO, J. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do mst em fatos e fotos, Rev. Geografia em questão, V.13, N. 03, 2020.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo, Nova Fronteira, 1988.

SANTANA, Raquel Santos. Trabalho bruto no canavial – questão agrária, assistência, serviço social, SP, Ed. Cortez, 2012.

SILVA, Osvaldo Heller. A foice e a Cruz: Comunistas e Católicos na história do sindicalismo paranaense. Curitiba: Rosa de Bassi, 2 ed. 2006.

SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. CLACSO, S.P.. Diciembre 2006

VIDE Vida Marvada. Intérprete: Rolando Boldrin. Música: Vide Vida Marvada. LP Caipira, São Paulo SP: Rge Discos, 1981. (4 min.), son., P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HfY9Aeq8Ois>. Acesso em: 01 mar. 2024.